45 DIAS

Projeto 155 volta a ter pedido de vistas acatado na Câmara

Poucos empresários do setor compareceram à sessão

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Tramitando na Câmara Municipal de vereadores, o Projeto de Lei 155/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que define normas para a implantação de estação de rádio base (ERB), antenas, torres e equipamento de telecomunicações em Tangará da Serra, voltou ontem, 24, à pauta.

Na oportunidade o projeto não chegou a ser discutido, uma vez que o vereador Claudinho Frare (PSD), fez o pedido de vistas de 60 dias.

O vice presidente da Casa de Leis foi seguido pelo vereador Sebastian Ramos, que também fez o pedido, mas por um prazo menor, de 45 dias. "Seria protelar demais o projeto que já está na câmara a tanto tempo. Creio que o prazo de 45 dias seja o suficiente uma vez que já esgotamos o assunto", destacou o vereador.

> Creio que o prazo de 45 dias seja o suficiente

"Decidimos em conjunto que seria bom solicitar um parecer do Ministério das Telecomunicaçoes, pois com essa resposta a gente consegue melhorar o entendimento", explicou Frare à redação do DS.

Segundo os empresários, o projeto prevê uma excessiva regulamentação destinada aos micros e pequenos empresários de telecomunicações, o que inviabilizaria e encareceria ainda mais o serviço de internet no município.

Apesar de toda polêmica, poucos empresários do setor compareceram à sessão.

Poucos empresários do setor compareceram à sessão

PROPOSITALMENTE

Wellington Fagundes critica e avalia Taques

Taques afirmou que as auditorias geraram economia

Olhar Direto

Uma das principais marcas da gestão Pedro Taques (PSDB), as auditorias realizadas nas obras deixadas pelas administrações passadas, foi criticada pelo pré-candidato ao Governo, o senador Wellington Fagundes (PR), que considerou que a ação trouxe mais "prejuízos" ao Estado do que resultados positivos. Para Fagundes, as auditorias teriam sido premeditadas pelo tucano para "travar" propositalmente obras como a do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Em entrevista recente, Taques afirmou que as auditorias geraram uma economia de quase R$ 1,35 bilhão ao Tesouro do Estado e observou que, uma parcela considerável das operações policiais que resultaram em processos e prisões de corruptos teve como embrião as investigações da equipe da Controladoria Geral do Estado (CGE), comandada desde janeiro de 2015 pelo secretário-chefe Ciro Rodolpho Gonçalves.

"Não é papel do governante buscar os problemas que são de responsabilidade do Tribunal de Contas. O prejuízo é muito maior com a obra inacabada. Isso é gestão. Você tem que fazer auditoria, mas o Governo tem que continuar trabalhando. Uma obra, quando você manda paralisar, o prejuízo é muito grande, porque quando você dá a ordem de paralisação, a responsabilidade passa a ser do Estado. Da manutenção até acidentes que podem ocorrer", avaliou o senador.

> O prejuízo é muito maior com a obra inacabada

Wellington citou as obras do programa MT Integrado, bem como as da Copa do Mundo de 2014 e, ao ser questionado especificamente sobre o VLT, disse que não tinha dúvidas que Taques não concluiu o modal propositalmente, mas não explicou o que lhe leva a acreditar nesta tese.

"Entrave jurídico se resolve no diálogo. É chamando as partes e ver como vai resolver a situação. É claro que tem que estar presente o Ministério Público, a Justiça, Tribunal de Contas. Não pode parar para olhar para trás. É chamar as partes, as empresas, o Governo e, se for o caso, pedir uma decisão jurídica", afirmou.